



Mendonça e Moraes: ambos saíram chamuscados

Nas redes, todo mundo do Supremo saiu perdendo

Se a briga entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça fosse uma daquelas clássicas cenas de duelo de filmes de faroeste, eles acabariam por produzir uma situação inusitada: ambos sairiam da rua empoeirada igualmente alvejados. E se o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, imaginava aí um papel parecido com o de John Wayne no clássico “O Homem que Matou o Facinora”, de John Ford, decidindo o duelo dando um tiro escondido da esquina, ele também conseguiria a proeza de acertar a si mesmo. É o que mostra um relatório da crise do STF feito pelo DSC Lab, que acompanhou a repercussão do caso nas redes sociais entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro. O relatório mostra que os três personagens principais dessa história no Supremo, ainda que uns mais e outros menos, saíram do episódio com as reputações comprometidas.

Mais de um bilhão de visualizações

Ou seja, as redes sociais refletem o que dissemos na quinta-feira (10) aqui no Correio Político: não é o caso de torcer para algum ministro; a crise é da instituição. Assim, desgasta-se fortemente o Supremo Tribunal Federal. Porque é impressionante como o assunto dominou as redes sociais. Segundo o DSC Lab, o tema obteve 1,5 bilhão de visualizações entre 31 de agosto e 8 de setembro. Foram 76,2 mil publicações nas duas redes. 111 milhões de interações. Figura principal das postagens: Alexandre de Moraes.



Fachin: cobrança por medidas de proteção do STF

Moraes: reputação em nível crítico

O relatório produzido pelo diretor do DSC Lab, Tiago Falqueiro, demonstra que Alexandre de Moraes foi a figura central dessa crise. Ele é o eixo principal de 40,9 mil publicações, que somam 65,8 mil interações e 807 mil visualizações. Ou seja, 63,4% de todo o debate em torno da crise STF/Master. E muito pouco disso teria sido para elogiá-lo pela sua atuação. O DSC Lab faz uma pontuação para medir o nível de reputação. Essa pontuação coloca a reputação de Moraes em “nível crítico”: 84,51 pontos de criticidade e 86,13 pontos de risco.

Mendonça não ficou muito melhor

Opositor de Moraes nesse duelo, André Mendonça, porém, não chegou a aparecer como herói. No seu caso, atingiu 71,40 pontos de criticidade e 72,84 de risco. No caso de Mendonça, observou o DSC Lab, houve uma oscilação: uma primeira avaliação mais positiva, que depois de certa forma se reduziu, especialmente depois de informações de que ele também se encontrou com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro.

Fachin

Presidente do STF, Fachin terminou a semana intervindo na crise, tomando decisões que retiraram de Moraes o inquérito das fake news e desfazendo também o ato de Mendonça que afastou o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Mas ele não fica assim tão melhor na fita da crise do STF: 48,51 pontos de criticidade e 49,19 de risco.

Com Moraes

Segundo o DSC Lab, as postagens envolvendo Alexandre de Moraes reforçam pontos como “possível conflito de interesses”, “pedidos de explicação”, “pressão por investigação”, “afastamento” ou “impeachment”. O contraponto são contestações aos métodos de Mendonça, que não traduzem, porém, uma defesa de Moraes.

Com Mendonça

No caso de Mendonça, críticos de Moraes o apontam como “agente de abertura e responsabilização”. Por outro lado, seus críticos o mostram como “magistrado que teria ultrapassado seus limites”. Tiago Falqueiro observa: “O encontro divulgado em 2 de setembro [de Mendonça com Daniel Vercaro] deslocou parte da pressão” para ele.

Com Fachin

Com Fachin, ele é “destinatário de cobranças por medidas”, sobre cobranças por “transparência” e pela “preservação da Corte”. Para Falqueiro, “sua resposta passa a ser teste de governança do STF, mais do que acusação pessoal”. Fachin aparece predominantemente como o “árbitro e gestor da crise”. Outros também foram impactados.

Gonet e Nikolas

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, aparece como alguém “interessado em invalidar um material que também o menciona”. É acusado, assim, de blindagem. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) “mobiliza sanções como Moraes”, mas também é impactado negativamente pelos áudios de conversas que teve com Daniel Vercaro.

Eleições

Do ponto de vista da disputa eleitoral, os apoiadores de Flávio valeram-se mais da situação e fizeram mais postagens que os eleitores de Lula. Flávio lidera em publicações: “Flávio tem 24,2% mais publicações e 35,2% mais interações, embora os dois tenham praticamente a mesma quantidade de publicadores”, observa Falqueiro.



Vercaro diz que passava comissão de 10% a ACM e Rueda

Vercaro diz que Rueda e ACM Neto recebiam comissão

Dono do Master faz nova tentativa de colaboração premiada

Por **Gabriela Gallo**

Em nova tentativa de fechar um acordo de delação premiada, o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, disse para a Polícia Federal (PF) e para a Procuradoria-Geral da República (PGR) que o presidente do União Brasil e candidato à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro, Antônio Rueda, e o ex-deputado federal e candidato ao governo da Bahia ACM Neto (União Brasil), recebiam 10% de comissão dos valores que eram investidos de institutos de previdência social de seus respectivos estados para o Banco Master. As informações são do UOL.

Na delação, o banqueiro disse que Rueda e ACM Neto foram responsáveis por abrir portas ao Master nos institutos de previdência social do Rio de Janeiro (Rioprevidência), do Amazonas (Amazonprev) e do Amapá (Amprev), e também na Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). Segundo Vercaro, o Master chegou a captar R\$ 2 bilhões com as movimentações nesses institutos e, com a comissão de 10%, ele tinha o acordo de transferir R\$ 200 milhões para os políticos. O delator, contudo, não informou quanto transferiu para

os representantes do partido.

Para defender seus relatos, ele apresentou mensagens trocadas com funcionários do Banco Master e contratos firmados com a empresa de ACM Neto, a A&M Consultoria Ltda, e com o escritório de advocacia de Rueda, o Rueda & Rueda Advogados.

O União Brasil divulgou uma nota, informando que Antônio Rueda não teve acesso ao documento apresentado por Vercaro e, por isso, “manifesta ter dificuldade em se pronunciar” sobre o caso. Contudo, ele reafirmou que “todos os contratos firmados pelo escritório do qual foi sócio com as instituições referidas são lícitos, versam sobre objetos legítimos, e que os serviços contratados foram efetivamente prestados”. Rueda ainda destaca que ele “não exerce qualquer cargo público, de forma que qualquer alusão a propinas é absolutamente fora de propósito”.

“Todas as relações entre o escritório e a referida instituição decorrem de atividade profissional legítima e regular, (...) compatível com o exercício da advocacia (...), no âmbito da representação de mais de 2 mil processos (...). Ao todo, foram mais de 20 mil protocolos, 400 audiências e cerca de 200 acordos”.